

Crédito só virá com ida ao FMI

■ Lara Resende diz que é insensatez pensar que país terá acesso a centenas de bilhões de dólares e elogia discurso de Greenspan

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – Está fora de cogitação a possibilidade de o país ter acesso imediato a recursos externos para deter os efeitos da crise financeira. “Imaginar que estamos a 24 horas de centenas de bilhões de dólares é uma insensatez”, disse o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, ao JORNAL DO BRASIL. E esclareceu: para o país ter direito a um financiamento externo – cujo mecanismo ainda não está delineado – terá, sim, que formalizar algum tipo de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não seria um acerto como os feitos no passado, tendo o Fundo como instituição que organiza a falência e dita as regras da política econômica, mas um acordo com base num programa formulado pelo próprio país.

Ele considerou equivocada, também, a expectativa do mercado de ouvir do presidente do Federal Reserve (Fed), Alan Greenspan, algum compromisso de uma ação coordenada dos países ricos para baixar as taxas de juros, e a decepção que se seguiu depois. “Essa leitura é de quem não entende o que é um banco central clássico. O discurso do Greenspan foi excelente, porque deu os sinais que se pode esperar de um banco central: que está atento, acompanhando a evolução da crise. O BC é uma instituição que fala pouco e cautelosamente, e tem que ser entendido e decodificado”, argumentou.

Pânico – Lara Resende acredita que os governos dos países industrializados e as instituições multilaterais de crédito já compreenderam que é preciso “interromper o rastilho de pânico aqui para que ele não se alastre para as nações desenvolvidas, produzindo uma recessão dramática”. Está convencido, também, que ao esgotamento do ciclo de expansão do capitalismo foi sobreposta uma crise financeira que resultará, como efeito inevitável, numa redução do

crescimento mundial nos próximos anos. Mas assinalou que as autoridades internacionais que têm poder de coordenação dos instrumentos de saída da crise só “agem sob pressão”.

Simultaneamente às conversações do governo brasileiro com o FMI, o grupo dos países mais ricos (G-7), o Banco Mundial e o governo americano em torno da montagem desse tal mecanismo preventivo de ataque especulativo contra as reservas cambiais, o governo prepara o ajuste fiscal. Nessa área, o presidente do BNDES também diz que as soluções são para médio e longo prazo.

Como o país está vivendo a ameaça da crise, junto com as medidas mais estruturais é preciso ter um esforço adicional. “Numa situação de rastilho de pânico, como a que estamos vivendo, somos obrigados a ter um ajuste extraordinário. Mas a ênfase tem que ser de longo prazo e a agenda de um ajuste precisa ser positiva”.

Pacote 51 – Nesse sentido, lembra, o pacote de 51 medidas de outubro do ano passado foi “horroroso”, embora tenha sido eficiente para reverter a crise daquela época. “Mas era muito ruim e hoje estamos pagando o ônus”, avalia.

As medidas que foram anunciadas na semana passada, com a criação da Comissão de Controle e Gestão Fiscal e os cortes de gastos que foram determinados, “são corretas, mexem a fundo na estrutura, mas foram recebidas muito discretamente” exatamente por causa do descrédito do pacote de outubro.

Agora, além das duas reformas constitucionais que serão tocadas após as eleições – a tributária e a da Previdência Social – será preciso olhar com lupa os gastos do orçamento de 1999, comparar as despesas com os resultados que estão gerando e medir a eficiência do gasto. “Se a soma das despesas é maior do que as receitas, a sociedade terá que fazer a opção e pagar por ela”, assinala. Como? Pagando mais impostos.